FORMAÇÃO EM SERVIÇO DE GESTORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS: o projeto da CEFEB para as escolas públicas municipais no Ceará.

Ana Maria Nogueira[1]

anamnogueira@gmail.com

Resumo: A elevação do rendimento da aprendizagem na escola pública tem sido um dos objetivos das políticas de educação no Brasil nas últimas décadas. Este trabalho relata o projeto executado pela Coordenadoria de Formação de Executivos da Educação Básica-CEFEB no Ceará. O texto apresenta o processo de criação da CEFEB, inserindo-o na corrente que considera o papel fundamental da gestão escolar na estruturação de um coletivo participativo, criativo e bem sucedido. Relata o desenvolvimento desse projeto de formação em serviço de diretores escolares da rede municipal em 85 municípios do Ceará ao longo do ano de 2010, descrevendo os elementos fundamentais desse processo de formação em serviço.

Palavras Chave: *políticas de formação de educadores; gestão escolar; formação em serviço.*

a) Introdução: A questão do trabalho e formação dos diretores.

Tecnicamente, a qualidade da educação é associada tradicionalmente ao rendimento dos estudantes nos testes avaliativos de conteúdo padronizado, universalmente tornados obrigatórios pelos organismos internacionais que direcionam os debates e a compreensão do fenômeno educacional. Toda a discussão gerada em torno desse nebuloso conceito de qualidade tem reforçado a compreensão tradicional do papel salvador da escola, tida pelo "senso comum" como única ou "melhor" escada de ascensão social, levando a desvios de foco no debate esclarecido sobre os caminhos das políticas educacionais e das escolhas a elas subjacentes acerca do papel social da educação e da escola.

Neste contexto a elevação do rendimento da aprendizagem na rede escolar pública se tornou um dos elementos centrais perseguidos pelas políticas de educação das últimas décadas no mundo. Estimulados pela apresentação de padrões, projetos e resultados divulgados por organismos multilaterais como a ONU, UNESCO, UNICEF, CEE e OCDE, entre outros, ao lado da exposição modelar de alguns países cujas experiências são tomadas como referenciais, programas e projetos têm sido elaborados visando à elevação de resultados de aprendizagem mensurados através de instrumentos quantitativos cada vez mais universalmente acatados.

A divulgação, pelos meios de comunicação de massa, de resultados positivos atingidos por um ou outro país, o alça à condição de referência a ser seguida ou copiada, em geral,

---

[1] Mestre em Gestão da Educação pela Universidade Interamericana do Paraguai-PY. Coordenadora da CEFEB/CEE.

sem o cuidado da consideração pelas especificidades históricas e culturais dentro das quais se poderia compreender essas experiências e seu pretenso sucesso.

Uma lacuna importante desse processo se encontra no fato de não se discutir o referencial pedagógico, a justificativa desses modelos e as concepções educacionais sobre as quais se alicerçam. A possibilidade humanizadora e cultural do processo educativo é subjugada, desta forma e sem questionamento, pela função de formação automatizada e tecnicista. As tímidas objeções que algumas vezes se apresenta têm ficado restritas à idéia de propor elevação dos resultados como reflexo da aquisição de conteúdos ou de habilidades de comunicação (leitura e escrita). Parte-se do equívoco de que estas habilidades e alguns conteúdos definidos como básicos, seriam interessantes mesmo quando desenraizados de seus contextos e desvinculados da realidade dos alunos, estes últimos, concebidos abstratamente independentes de seus condicionantes sócio-históricos.

Ao longo desse debate, ao qual nos referimos apenas como um "pano de fundo", a responsabilidade central pelo processo chamado de "ensino-aprendizagem" transitou entre os professores, os modelos pedagógicos, a estrutura física-escolar e, ultimamente, tem sido depositada a responsabilidade maior sobre a direção da escola, como liderança primaz dessa instituição supostamente plenipotenciária sobre a vida das crianças e jovens. A própria expressão ensino-aprendizagem toma, genericamente, um caráter linear: ao professor ou à escola caberia ensinar o que o aluno teria a aprender. Infere-se do não dito que o aluno nada sabe ou não sabe, e que a escola, representada pelo professor, sabe, se não tudo, mas tem o poder, inclusive, de definir, através de suas provas, quem sabe (e, consequentemente, merece sucesso) e quem não sabe (justificando e construindo fracassos sociais).

A formação profissional qualificada de gestores escolares deslocou-se, nas últimas décadas, no Brasil, da formação em cursos de graduação em pedagogia, nos quais era situada como habilitação específica precoce, para um conjunto de exigências que agregam a formação pedagógica em geral à experiência docente no "chão da escola". Esta condição preestabelecida da formação superior com conteúdo pedagógico (didática), aliada aos anos de trabalho de professor em sala de aula, assegurariam um domínio dos elementos essenciais da transmissão de saberes e do conhecimento prático do desenvolvimento do currículo com a vivência da problemática do processo de ensino-aprendizagem.

Estes elementos básicos ou basilares culminariam na exigência de curso de pós-graduação lato senso em Gestão Escolar. Este elemento formal definitivo da habilitação legal para a atividade agregaria à prática docente com embasamento didático os componentes de conhecimento administrativo, organizacional, legal, financeiro, de relações interpessoais e outros, definidos como necessários à formação dos diretores. Os currículos de formação variam de instituição para instituição superior, onde são definidos ao sabor de entusiasmos de momento, de demandas concretas de financiadores ou de tendências teóricas de seus corpos docentes.

Falta, evidentemente, uma referência mais geral, mesmo que mínima e flexível, norteadora de uma formação mais homogênea, que incorporasse, em seus elementos de conteúdo flexível, as questões e demandas específicas regionais ou locais.

Da forma como ocorre atualmente, desprovido de um caráter homogêneo ou de uma concepção norteadora da formação ou, mesmo no caso em que esta definição político-pedagógica de unificação ou homogeneização da formação venha a acontecer num futuro de prazo médio, os gestores escolares deverão manter sua vinculação com a experiência em docência anterior. Esta experiência é vista como elemento necessário e, hoje, central em sua relação profissional e funcional com a rede pública. A função de diretor de escola é uma prerrogativa da carreira docente e mesmo que esta venha a se constituir no futuro como carreira independente, provavelmente não haverá retorno ao passado do modelo de formação tecnicista do administrador escolar sem experiência docente. Este formato vinculado gestão-docência leva à determinação quase obrigatória do processo de formação em serviço para os programas de capacitação de gestores escolares.

A formação em serviço é uma forma complexa de articulação dos interesses e necessidades de qualificação profissional dos professores candidatos a gestor, com as exigências de concatenação de tempo decorrente da manutenção das tarefas cotidianas, agregadas às novas demandas de freqüência às aulas, estudo individual e em grupo e outras atividades de formação, como tarefas práticas, pesquisa, planejamento, entre outras. Acrescente-se a todo este quadro as dificuldades de financiamento dessa formação, cujo custo muitas vezes tem sido deixado a cargo dos próprios profissionais.

Foi dentro deste enquadramento histórico-político-pedagógico que o Professor Edgar Linhares Lima, presidente do Conselho Estadual de Educação do Ceará, iniciou, no ano de 2008, a estruturação de um projeto voltado à formação permanente e acompanhamento da atuação dos diretores das redes escolares públicas no estado do Ceará, o projeto CEFEB.

b) Um breve relato do surgimento da CEFEB

Formulada inicialmente pelo Conselho Estadual de Educação do Ceará – CEE como uma Escola ou Instituto voltado à formação em serviço e acompanhamento do trabalho dos diretores das escolas da rede pública estadual do Ceará, a definição institucional acordada com a cúpula de planejamento do governo estadual voltou-se à criação de uma Coordenadoria de Formação de Executivos da Educação Básica – CEFEB.

Foi constituído então, a partir de março de 2008 um grupo de trabalho formado por docentes da Universidade Federal do Ceará, pesquisadores da área de educação, coordenado por uma pedagoga e técnica em educação da SEDUC/CE, com larga experiência em docência e em gestão escolar. Este grupo teria a tarefa de elaborar o currículo da CEFEB como programa de formação, mas, ao mesmo tempo, apontando já para a condensação de um currículo mais amplo e permanente que seria o embrião da proposta definitiva para os cursos do futuro Centro de Formação. O caráter de todo o

processo de formação dos gestores teve, neste momento, demarcado e reforçado um elemento importante, diferenciador de programas de treinamento anteriores: a ideia de apoiar-se sobre o desenvolvimento de uma atitude de pesquisador ou investigador de sua própria escola, por parte dos diretores em formação.

No entanto, após inúmeras reuniões para formulação do projeto do curso, a presidência do Conselho Estadual de Educação do Ceará-CEE, a quem se vincula administrativamente a CEFEB, vislumbrou uma definição de rumo significativa: o público alvo seriam os diretores das escolas municipais no Ceará, dedicadas ao ensino fundamental e educação infantil. Estas, efetivamente (não considerando as escolas da capital do estado), conformam o setor mais carente de formação e acompanhamento de seus profissionais professores e diretores. Este elemento já constituiria, por si, justificativa suficiente, para além da precariedade estrutural dessas redes que ainda é uma característica que subsiste apesar de avanços nos últimos anos.

A decisão de apontar o treinamento para os diretores das escolas municipais veio também ao encontro de uma grande demanda formalizada pelas Secretarias Municipais de Educação junto ao CEE. Esse direcionamento levou à reestruturação geral do projeto, cuja ideia inicial era voltar-se aos gestores de escolas estaduais (ensino médio), e que teria, doravante, que levar em consideração o elevado grau de heterogeneidade das redes municipais, tanto em seus aspectos físicos e organizacionais, como no que diz respeito às condições de trabalho e aos níveis de formação dos educadores envolvidos.

De fato, variando de município para município, da sede aos distritos, de escola para escola, a melhor estruturada ou menos adequada estrutura física, as variadas formas de organização do trabalho e a maior ou menor valorização das políticas de educação em cada município, cruzam-se com um elemento determinante fundamental que é o nível de formação dos educadores envolvidos, conformando uma miríade de resultados e situações que reflete a complexidade da circunstância do treinamento. Estes diretores apresentaram, em levantamento inicial elaborado pela equipe do próprio CEFEB, um perfil que varia do nível básico, com ou sem a contribuição do médio pedagógico, ao superior, com ou sem formação didática. Acrescente-se que, por outro lado, uma parcela dos diretores possui cursos de pós-graduação lato senso.

O grupo responsável pela formulação do currículo e do projeto de formação, passou a ter que lidar com uma série de variáveis abertas, tendo que reavaliar os conteúdos curriculares e a forma do curso. Partindo da consideração de que para parte dos diretores um curso de formação em gestão teria um caráter inédito, os formadores decidiram partir de um nível considerado acessível a todos, centrando o foco da atuação nas possibilidades e na realidade de cada diretor e de sua escola. Em termos de concepção teórica e referencial pedagógico, o grupo de formadores findou por fazer refletir no projeto uma concepção genericamente sócio-histórica e humanista. Por sócio-histórica compreendeu-se a perspectiva de análise social e histórica contextualizada da estrutura e das práticas educacionais escolares e do processo de trabalho dos docentes e dos gestores escolares. No âmbito desse olhar sobre a escola, se incluiu aspectos do

rendimento escolar dos estudantes e o conceito de qualidade da escola, considerando-os para além da avaliação liberal de resultados e qualidade vinculados a concepções produtivistas e competitivas.

No que diz respeito ao caráter humanista, o programa refletiu a composição do grupo de formadores. Estes, apesar de provenientes de áreas diferenciadas, como Filosofia, Sociologia, Pedagogia, Psicologia e outras, apresentando referenciais teóricos e metodológicos diversos, num grau considerável de heterogeneidade, encontraram na perspectiva do humanismo pluralista um elemento de unidade possível de seus enfoques teóricos.

A CEFEB planejou, então, um curso com o declarado objetivo de "promover o aperfeiçoamento e a modernização das práticas de gestão escolar no âmbito das escolas municipais do estado do Ceará, mediante a formação acadêmica do diretor, assegurando a análise do cotidiano da gestão educacional e suprindo carências básicas na formação dos gestores" (Documento da CEFEB). Sumariamente, o referencial teórico-pedagógico reflete uma tessitura de áreas e conteúdos de atualização da atuação dos diretores. Este amálgama se configura tanto através de elementos voltados ao desenvolvimento dos gestores em seu papel de lideranças político-pedagógicas do projeto escolar, quanto no que se refere aos elementos de gestão do currículo da escola, gestão de relações interpessoais, relação com a comunidade e o entorno, responsabilidade da direção no estímulo à participação coletiva e colegiada dos segmentos envolvidos no trabalho educativo e na própria concepção do diretor como gestor (que coordena a gestação) de coletivos que apresentam "personalidade" e histórias singulares.

Tentando articular diferentes elementos formais de desenvolvimento das temáticas definidas, o grupo adotou uma metodologia com estratégias variadas que incluíram conferências, produção textual, oficinas, seminários, leituras em grupo, vivências, exposições dialogadas, apresentação e debates de filmes, slides e fragmentos musicais. Essas dinâmicas pedagógicas tiveram por objetivo proporcionar o desenvolvimento da capacidade de expressão dos docentes-gestores e suas condições de articulação coletiva, ao lado da elevação de seu cabedal teórico-prático, relativo às atividades escolares.

Após a estruturação dos conteúdos curriculares do momento inicial, eminentemente formativo, o curso foi planejado em duas etapas básicas, chamadas de "sensibilização" e "aprofundamento", com a definição das etapas posteriores sendo posta em discussão no CEE e na CEFEB. Ao lado dos encaminhamentos pedagógicos e formais, ficou acertado que a CEFEB desenvolveria uma primeira parceria com a Secretaria Municipal de Educação do Município de Horizonte, para execução desta primeira versão do treinamento ao longo do segundo semestre do ano de 2009.

c) O Curso de Formação em Serviço para Gestores das Escolas Municipais: Currículo e expansão do atendimento.

O modelo de treinamento aplicado no "projeto piloto" do município de Horizonte apresentou resultados declaradamente positivos, tanto por parte da avaliação dos

gestores envolvidos quanto no que diz respeito à satisfação declarada pela secretaria municipal de educação. O grupo formador utilizou esta experiência como base para uma avaliação própria, e considerou criticamente a formatação inicial e os resultados, como elemento de revisão do projeto no sentido do planejamento da etapa seguinte, na qual a oferta do curso foi expandida para todo o universo dos 184 municípios do Estado do Ceará.

O processo evidenciou também as dificuldades estruturais de uma formação itinerante e do aspecto de formação em serviço, com a necessidade de compatibilização de horários, trabalho escolar e tempo de estudo, investigação, partilha e planejamento individual e institucional, entre outros elementos. Apontou também para o aspecto da definição de prioridades entre o objetivo quantitativo de atingir a todos os municípios, numa partilha do tempo de curto prazo versus a perspectiva de um projeto paulatino, mais demorado, centrado na busca de intervenções mais efetivas e com maior nível de permanência e eficácia transformadora.

Optou-se, ao final, por elaborar um planejamento que atingisse o universo de 184 municípios do estado do Ceará num período de quatro anos, considerando um curso ofertado inicialmente em duas etapas, cada uma desenvolvendo-se ao longo de um semestre. Paralelamente, o grupo de formadores discutiria o desenvolvimento de uma terceira e quarta etapas que dariam continuidade e acompanhamento às intervenções pretendidas para o funcionamento cotidiano das escolas.

c.1 - O Currículo de Formação nas duas primeiras etapas do projeto da CEFEB.

A estruturação dos conteúdos das duas primeiras etapas representa o eixo explicitamente visível de uma concepção curricular que busca dinamizar a atividade escolar a partir de três elementos fundamentais: o domínio, por parte dos diretores, de conteúdos de atualização e aprofundamento teórico da prática escolar associados a uma postura investigativa de pesquisadores de suas próprias escolas; o repensar crítico das relações inter-pessoais dos vários sujeitos que convivem na escola (professores, alunos, funcionários, pais e gestores), no sentido da construção de vivências democráticas e criativas, respeitando-se as diferenças no sentido da inclusão e aceitação de todos; o repensar do sentido da escolarização, na direção da construção de escolas centradas no prazer de aprender e no desenvolvimento da cultura, das artes, dos esportes e de relações humanas mais equilibradas. Vale ressaltar que estas duas primeiras etapas foram formuladas como passos iniciais de um processo de formação continuada que pretende tornar-se formação permanente.[2]

Dentro deste quadro referencial, se propôs o seguinte programa de unidades temáticas e suas respectivas cargas horárias para a primeira e segunda etapas:

1ª Etapa

[2] Neste momento – janeiro de 2011– o projeto CEFEB já prevê a realização das terceira e quarta etapas, para as quais se iniciou as reuniões de estudo e debates.

1. Currículo: Contextos e concepções – 16 horas-aula.

2. A pessoa no contexto contemporâneo – 8 horas-aula.

3. Gestão Educacional e suas dimensões no contexto escolar – 8 horas-aula.

4. A educação e o gestor escolar – 8 horas-aula.

5. O Meio-ambiente – 16 horas-aula.

6. A Pessoa no contexto escolar (Relações interpessoais, afetivas e emocionais) – 16 horas-aula. Neste momento – janeiro de 2011– o projeto CEFEB já prevê a realização das terceira e quarta etapas, para as quais se iniciou as reuniões de estudo e debates.

7. A interação Escola, Família e Comunidade – 16 horas-aula.

2ª Etapa

1. Currículo: repensando as práticas escolares cotidianas – 6 horas-aula.

2. Escola, Família e Comunidade: repensando papéis, compartilhando responsabilidades – 6 horas-aula.

3. Indisciplina, violência e drogas no contexto escolar: uma busca de alternativas possíveis – 6 horas-aula.

4. Aprendizagem: dificuldades e os desafios de aprender a aprender – 6 horas-aula

5. Sistemas de Ensino: noções básicas sobre organização e funcionamento da Educação Básica – 6 horas-aula

6. Políticas Públicas de Educação: os desafios da construção da escola pública de qualidade – 6 horas-aula

7. Avaliação Escolar e Institucional: ferramentas indispensáveis para a melhoria da educação municipal – 6 horas-aula

8. Diretor: Investigar o cotidiano escolar faz a diferença – 6 horas-aula

9. P Políticas de Financiamento: impactos na educação municipal – 6 horas-aula

10. Construção/Reconstução do Projeto Político-Pedagógico – 18 horas-aula

O desenvolvimento dos conteúdos da primeira etapa aconteceria em 11 encontros quinzenais acontecidos em dias de trabalho regular nos quais os diretores se ausentariam de suas escolas para comparecer a um espaço especialmente escolhido para acomodar os grupos em seus próprios municípios. Quando a quantidade de escolas municipais não justificasse o evento em apenas um município, se estabeleceriam consórcios regionais que agrupariam os pequenos grupos num coletivo maior de diretores, revezando as sedes das reuniões ou fixando a sede naquele município que apresentasse melhores

condições físicas de sediar os eventos. Estes encontros ocupariam os dois turnos (manhã e tarde) dos dias de trabalho, com quatro horas cada turno. As temáticas que necessitavam de 16 horas aula teriam dois dias de 8 horas para desenvolvimento dos trabalhos. Além desse dia (ou dias) de estudos presenciais, os professores formadores deixariam textos para leituras complementares e tarefas a serem desenvolvidas pelos cursistas ao longo da quinzena seguinte.

O desenvolvimento dos conteúdos da segunda etapa teria um caráter diferente do momento anterior. Em vez de ter apenas um formador a cada dia, a segunda etapa articularia, em cada encontro quinzenal, a presença de dois formadores. Seis horas de trabalho seriam voltadas às temáticas listadas de um a nove, enquanto duas horas estariam voltadas ao estudo acerca do Projeto Político-Pedagógico - PPP. As primeiras seis horas ficaram a cargo da equipe de formadores Mestres e Doutores que já vinha participando da elaboração e desenvolvimento do projeto desde o início, com o acréscimo de alguns novos membros. Já para o estudo voltado à reconstrução do PPP de cada escola, incorporou-se como novos membros formadores, responsáveis específicos por esta tarefa, um grupo de diretores da rede de escolas estaduais.

Este grupo de diretores, todos com larga experiência em gestão escolar, já vinha acompanhando o desenvolvimento da primeira etapa, estando familiarizados com a concepção pedagógica e curricular do projeto da CEFEB. Não obstante sua grande experiência, tanto como docentes quanto como gestores, e o fato de já estarem vinculados ao grupo original como equipe de suporte pedagógico, participaram de um processo de atualização de estudos acerca do PPP escolar, no sentido de que conectassem sua experiência empírica de diretores que haviam demonstrado sucesso na lida diária com a implementação dos projetos pedagógicos de suas escolas, com uma sólida cultura teórica referente ao tema.

c.2 – O grupo de municípios atingidos pela formação em serviço ao longo do ano de 2010.

Os municípios que inicialmente demonstraram interesse em desenvolver o projeto de formação da CEFEB compuseram uma lista a ser atingida pela primeira etapa de formação. Cada município candidato assinou termo de compromisso com a CEFEB, afirmando liberar os diretores nos horários determinados para reuniões e estudos, disponibilizar meios de transporte e alimentação para cursistas, material didático mínimo e equipamentos necessários às aulas, bem como hospedar os formadores, quando a distância do município à capital não permitisse o regresso no mesmo dia das atividades formativas.

Os municípios foram agrupados em pólos, salvo quando a quantidade de escolas municipais fosse de tal monta que agrupasse um número bastante grande de cursistas em uma só localidade, justificando o isolamento. Ademais, a equipe formadora considerava que a interação e a troca de experiências entre os diretores de municípios vizinhos seria um excelente elemento potencializador das boas soluções e difusor de

práticas exitosas porventura desenvolvidas por alguma escola. Desta forma, elaborou-se o seguinte quadro de municípios e pólos de agrupamento para a primeira etapa do curso:

• Pólo de Cruz

o Município de Cruz

o Município de Bela Cruz

o Município de Marco

o Município de Jijoca

o Município de Morrinhos

• Pólo de Caucaia

o Município de Caucaia – turma A

o Município de Caucaia – turma B

• Pólo de Itarema

o Município de Acaraú

o Município de Itarema

• Pólo de Baturité

o Município de Baturité

o Município de Aratuba

o Município de Palmácia

o Município de Pacotí

o Município de Mulungú

o Município de Guaramiranga

• Pólo de Tamboril

o Município de Monsenhor Tabosa

o Município de Tamboril

• Pólo de Trairí

o Município de Paracurú

o Município de Paraipaba

o Município de Trairí

• Pólo de Ocara

o Município de Ocara

o Município de Acarape

o Município de Barreira

• Pólo de Graça

o Município de Graça

o Município de Mucambo

o Município de Varjota

• Pólo de Várzea Alegre

o Município de Várzea Alegre

• Pólo de Icapuí

o Município de Icapuí

o Município de Fortim

o Município de Aracatí

• Pólo de Aracoiaba

o Município de Aracoiaba

o Município de Capistrano

o Município de Itapiúna

• Pólo de Brejo Santo

o Município de Brejo Santo

o Município de Porteiras

• Pólo de Alcântaras

o Município de Alcântaras

o Município de Meruoca

Um segundo grupo de municípios compôs uma nova série a ser atingida pela primeira etapa ao longo do segundo semestre de 2010, enquanto o primeiro grupo, acima listado, que havia freqüentado a primeira etapa em 2010.1 passava a acompanhar a segunda

etapa da formação. A relação de pólos e municípios componentes deste segundo grupo foi a seguinte:

• Pólo de Alcântaras

• Pólo de Russas

o Município de Russas

o Município de Jaguaruana

o Município de Quixeré

o Município de Palhano

o Município de Itaiçaba

• Ipú

o Município de Ipú

o Município de Croatá

o Município de Guaraciaba

o Município de Reriutaba

• Pólo de Santa Quitéria

o Município de Santa Quitéria

o Município de Catunda

o Município de Hidrolândia

• Pólo de Crateús

o Município de Crateús

o Município de Novo Oriente

o Município de Ararendá

• Pólo de Tianguá

o Município de Tianguá

o Município de Ubajara

• Pólo de São Benedito

o Município de São Benedito

o Município de Carnaubal

• Pólo de Camocim

o Município de Camocim

o Município de Chaval

• Pólo de Pentecoste

o Município de Pentecoste

o Município de Apuiarés

o Município de Tejuçuoca

o Município de São Luis do Curú

o Município de General Sampaio

• Pólo de Lavras

o Município de Lavras

o Município de Ipaumirim

o Município de Baixio

o Município de Granjeiro

o Município de Umari

• Pólo de Mombaça

o Município de Mombaça

o Município de Pedra Branca

o Município de Piquet Carneiro

• Pólo de Senador Pompeu

o Município de Senador Pompeu

o Município de Irapuã Pinheiro

o Município de Milha

o Município de Solonópole

o Município de Jaguaretama

• Pólo de Campos Sales

o Município de Campos Sales

o Município do Salitre

o Município de Araripe

o Município de Saboeiro

o Município de Potengí

• Pólo de Tururú

o Município de Tururu

o Município de Umirim

o Município de Uruburetama

o Município de São Gonçalo

o Município de Miraíma

Este segundo grupo deverá desenvolver os temas da segunda etapa ao longo do primeiro semestre de 2011, completando o ciclo deste primeiro momento de uma formação que pretende seguir adiante.

Conclusão

O Projeto CEFEB configurou uma experiência de formação em serviço para diretores de escolas municipais no estado do Ceará que apresenta uma série de elementos de reflexão. Em primeiro lugar, demonstrou uma capacidade de articulação surpreendente ao cobrir ao longo de seu primeiro ano um conjunto amplo de municípios com um número elevado de participantes cursistas. Apesar da estrutura enxuta, apontou para a organização de parcerias com os municípios participantes que configurou um excelente caminho a ser ainda melhor explorado, até como ponto de compromisso das gestões municipais em relação à educação e à formação de seus diretores. Os resultados iniciais de avaliação, por parte dos diretores cursistas e das secretarias municipais revela um reconhecimento da formação, tanto no sentido da atualização dos conteúdos desenvolvidos, quanto no sentimento de valorização do grupo de formadores. O aspecto que mais ressalta nas avaliações é a elevação da auto-estima dos diretores participantes, secundado pela maior consciência da importância das relações interpessoais e da possibilidade de elevação cultural ampla através da educação escolar.

A experiência apresenta-se coberta de êxito em suas primeiras etapas, devendo a partir de 2011 enfrentar a tarefa de, ao mesmo tempo, dar continuidade ao processo de formação nas etapas seguintes (terceira e quarta etapas), enquanto estende os dois primeiros momentos da formação ao restante dos municípios do estado do Ceará. A

necessidade de institucionalização do programa, tanto em termos físico-estruturais, quanto na definição organizacional e de pessoal se apresenta como um dos maiores desafios a ser enfrentados, levando, inclusive, a uma redefinição da atuação e do papel do Conselho Estadual de Educação. Outro elemento que se apresenta como tarefa para o futuro breve é a definição ampla e concatenada de um eixo referencial teórico-pedagógico unitário para o programa de formação da CEFEB. Este programa tornou-se, efetivamente, um processo de formação em serviço dos gestores das escolas de ensino fundamental que conformam as redes municipais de educação no estado do Ceará.

BIBLIOGRAFIA

- ARRAIS NETO, Enéas. **Regulacionismo, Modernização conservadora e Educação no Capitalismo Mundializado**; in: Educação e Modernização Conservadora; ARRAIS NETO, E. ET all (orgs); pp 21-36. Coleção Labor, Fortaleza, Ed. UFC 2006.

- _____. **Um Mundo "Sem fronteiras" ou capitalismo "sem controle"? Regulação Social e a realidade dos novos papéis do Estado Nacional sob o capitalismo mundializado.** In: Trabalho, Capital Mundial e Formação dos Trabalhadores; Educação e Modernização Conservadora; ARRAIS NETO, E. ET all (orgs); pp 127-142. Coleção Labor, Fortaleza, Ed. UFC 2006.

- ARRAIS NETO, Enéas e CARDOZO, Ma. José P. B. **A Essência da Reforma do Ensino Médio: Competências para o novo mundo do trabalho**. In: Educação e Modernização Conservadora; ARRAIS NETO, E. ET all (orgs); pp 245-261. Coleção Labor, Fortaleza, Ed. UFC 2006.

- ARRAIS NETO, Enéas. OLIVEIRA, Elenilce G. e SOUSA, Antônia A. **O Banco Mundial no Chão da Escola**. In: Educação e Modernização Conservadora; Arrais Neto, E. ET all (orgs); pp 179-186. Coleção Labor, Fortaleza, Ed. UFC 2006.

- FACCI, Marilda G. **Valorização ou Esvaziamento do Trabalho do Professor**. Campinas, Ed.Autores Associados, 2004.

- LIMA, Isaias B., ARRAIS NETO, Enéas et BARRETO, Sônia P. **A Formação de Professores: nas malhas do debate entre o público e o privado.** In: Trabalho, Capital Mundial e Formação dos Trabalhadores; Educação e Modernização Conservadora; ARRAIS NETO, E. ET all (orgs); pp 127-142. Coleção Labor, Fortaleza, Ed. UFC 2006.

- OLIVEIRA, Elenilce G. **Políticas Educacionais no contexto da Reforma do Estado Brasileiro.** In Educação e Modernização Conservadora; ARRAIS NETO, E. ET all (orgs); pp 179-186. Coleção Labor, Fortaleza, Ed. UFC 2006.